

A PRIMEIRA REPÚBLICA NA “CIDADE DOS BISPOS” (Mariana-MG, 1889-1930)¹
THE FIRST REPUBLIC IN THE “CITY OF BISHOPS” (Mariana-MA, 1889-1930)



MANUELA AREIAS COSTA
Doutoranda PPGH-UFRJ
Rio de Janeiro, RJ -Brasil
manuelaareiasc@gmail.com

Resumo: Procuraremos demonstrar, dentro dos limites desse artigo, alguns aspectos da cidade de Mariana-MG, durante a Primeira República, um ambiente marcado pela prática cultural que remonta ao passado colonial, mas permeado pelas apropriações de novos discursos, costumes e representações. Com tantas significativas mudanças acontecendo no âmbito mundial e no quadro brasileiro, sugerimos que a vida social em Mariana encontrava-se num limiar de difícil definição, na batalha entre o “passado” e o “moderno”. Vale destacar que a região possuiu uma trajetória singular, não homogênea e repleta de contradições. Portanto, trata-se de compreender os limites das apropriações e transformações de elementos da modernização no município. Ademais, daremos destaque a alguns aspectos sobre o cenário político de Mariana.

Palavras-chave: Política. Sociedade. Primeira República. Mariana.

Abstract: We seek to show, within the limits of this article, some aspects of the city of Mariana, Minas Gerais during the First Republic, an environment characterized by cultural practice dating back to the colonial past, but permeated by appropriating new discourses, representations and customs. With so many significant changes taking place world and in the Brazilian situation, we suggest that social life in Mariana was in a difficult threshold setting, the battle between the "past" and "modern." It is worth noting that the region possesses a unique trajectory, inhomogeneous and full of contradictions. Therefore, it is to understand the limits of the appropriations and transformations of elements of modernization in the city. Furthermore, we will highlight a few aspects of the political landscape of Mariana.

Keywords: Politics. Society. First Republic. Mariana.

¹ Artigo submetido à avaliação em 31/03/2012 e aprovado para publicação em 13/05/2012

Introdução

A região dos Inconfidentes compreende, atualmente, mais de uma dezena de municípios² que, até a segunda metade do século XX, faziam parte de Ouro Preto (antiga Vila Rica) e Mariana (antiga Vila de Ribeirão do Carmo). Para além da proximidade geográfica, as duas cidades possuem em comum o fato de terem surgido em virtude do processo de exploração aurífera e de terem se tornado importantes centros de poder profano, no caso de Ouro Preto, e sagrado, no de Mariana. O pano de fundo de nossa narrativa histórica será a cidade de Mariana durante a Primeira República.³

A região de Mariana⁴ foi alvo de inúmeros trabalhos sobre a temática da mineração, da escravidão e do desenvolvimento das atividades econômicas. Nesse sentido, os estudos sobre Mariana priorizaram o chamado “ciclo do ouro”, sendo pouco focalizados os períodos subsequentes. Porém, mais recentemente, a produção historiográfica, alicerçada nos objetos e abordagens da história social, política e cultural, tem ampliado o leque das pesquisas, tanto no tocante a temas como aos recortes cronológicos. Assim, sob a inspiração de trabalhos pioneiros da década de 1980 e da produção historiográfica atual sobre o período da Primeira República em Minas Gerais (Cf. FLEISCHER, 1982; RESENDE, 1982; WIRTH, 1982; VISCARDI, 2000), sugerimos que a passagem do regime monárquico para o republicano representou para o Brasil e, especificamente, para Mariana, a oportunidade de promover ou sedimentar transformações significativas na ordem política, assim como na esfera econômica, social e cultural.

O jogo do passado e do moderno

A vida social das cidades brasileiras entre o final do século XIX e as primeiras décadas do XX corresponde a um período de modernização técnica das urbes e de múltiplas construções simbólicas ligadas ao novo viver. Estimuladas pelo dinamismo do contexto, as mudanças vão ocorrer desde a ordem e hierarquias sociais até as noções de tempo e espaço das pessoas. Também irão se transformar os modos de perceber os objetos ao redor, a maneira

² Acaiaca, Barão de Cocais, Catas Altas, Conselheiro Lafaiete, Diogo de Vasconcelos, Itabirito, Mariana, Ponte Nova, Ouro Branco, Ouro Preto, Santa Bárbara e São Gonçalo do Rio Abaixo.

³ Conforme o recenseamento de 1920, Mariana possuía, nesta época, 40.563 habitantes. Cf. *Anuário Estatístico de Minas Gerais* de 1921, Anno I, Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1925.

⁴ Mariana está localizada na região Metalúrgica-Mantiqueira, segundo a regionalização proposta por Douglas Cole Libby. (LIBBY, 1988, pp. 43-45).

de organizar as afeições e de sentir a proximidade ou o alheamento dos seres humanos (SEVCENKO, 1998, p.7).

Segundo Maria Teresa Mello, a cultura republicana chegou a um público mais amplo por meio da imprensa, das conferências públicas e da literatura; foi visualizada nas imagens das revistas ilustradas e nos préstitos carnavalescos; ganhou o auditório das ruas e dos cafés. Por esses canais foi operado o desmonte da cultura imperial (MELLO, 2009, p.30).

Esta época foi marcada tanto pela modernização técnica de grande parte das cidades brasileiras, quanto pelas múltiplas construções simbólicas ligadas ao novo viver, cuja apropriação de alguns símbolos da modernização influenciou a sociedade de todo o país. Portanto, várias cidades procuraram atrelar o moderno ao nacional, apropriando-se de diferentes técnicas e ideias. “A busca por uma identidade coletiva para o país, de uma base para a construção da nação, seria a tarefa que iria perseguir a geração intelectual da Primeira República (1889-1930)” (CARVALHO, 1990, p.32).

Desde o início, os novos governantes e defensores da República agiram ativamente no sentido de torná-la reconhecida e aceita do ponto de vista moral e afetivo. Sendo assim, um novo projeto político se iniciava, lançando mão de símbolos concretos, capazes de legitimar a nova ordem pela via do sentimento, da crença e dos valores. A nação brasileira era um projeto em construção e o uso de símbolos vinculados a um ideal republicano forneceria ferramentas para esse projeto almejado, que objetivava, antes de tudo, a substituição dos símbolos nacionais, vinculados à Monarquia. Desta maneira, foi preciso construir um novo universo simbólico capaz de conferir legitimidade à nova nação republicana, criando uma memória nacional. Segundo Lúcia Lippi de Oliveira (1989, p.174), datas, heróis, monumentos, músicas e folclore se conjugam na montagem dessa memória, produzindo um importante reforço à coesão social.

A utilização dos mitos políticos como o de Tiradentes e seus companheiros fazia parte de projetos políticos, não só por parte dos republicanos, estes diretamente interessados em identificar a Inconfidência Mineira como fundadora da República. Para Luiz Gustavo Cota (2007, p. 125), a nostalgia estampada na forma de discursos e poesias nos jornais também fazia parte da construção de tradições culturais regionais, de identidades, de supostas características inatas aos que viviam entre as montanhas de Mariana e Ouro Preto.

Nos primeiros anos do período republicano, também culminou a *Belle Époque* brasileira. Nesta fase, houve no país a introdução de novos padrões de consumo. As invenções técnicas e os novos materiais introduziram mudanças nos hábitos das populações. Há de se considerar o desenvolvimento de um novo comportamento urbano, que ganhou certo grau de

sofisticação nos hábitos de consumo, especialmente nos finais do século XIX. O comércio local tratou de se abastecer com as mais diversas mercadorias importadas da Europa e, dentre elas, podemos citar: vinhos, manteigas, vidros, móveis, ferramentas, talheres, louças, tecidos, calçados e instrumentos musicais. A rede de comercialização e a dinâmica da economia internacional atingiram uma vasta área do globo. Instigados por uma onda publicitária, a sociedade passou a se interar com “[...] modernas revistas ilustradas, a difusão das práticas desportivas, a criação do mercado fonográfico voltado para as músicas ritmadas e danças sensuais, a popularização do cinema [...]” (SEVCENKO, 1998, p.37).

A arquitetura e o planejamento urbano também sofreram modificações em prol de adaptar a imagem da cidade ao homem moderno. Assim, as cidades foram se transformando em verdadeiros “álbuns de projeções”. Em algumas cidades portuárias ou capitais, houve a demolição de casarões antigos para dar lugar ao novo traçado urbano. A demolição do tradicional para dar lugar aos novos princípios urbanísticos foi fruto do pensamento progressista da época. O “ousado princípio de modernização” das cidades culminou com a “ruptura do centro urbano antigo, tanto para alargar as suas ruas, quanto para estabelecer fáceis comunicações com as novas áreas edificadas” (ROMERO, 2004, p.31). No Rio de Janeiro, por exemplo, foi necessário demolir setecentas casas para abrir a Avenida Central. Todo o centro urbano antigo mudou. A urbanização da parte histórica do Rio de Janeiro e a abertura de vias melhores para o crescimento da cidade eram algumas das muitas mudanças de diferenciação do passado, projeto este estabelecido pela República.

Alguns sinais tidos como modernos⁵ em Minas Gerais datam do final do século XIX e início do século XX. Porém, muitas visões e julgamentos sobre essa época ainda remetem a concepções produzidas posteriormente. As ideias sobre a nação e a brasilidade, formadas nos anos 1920 e 1930,⁶ nortearam os olhares sobre o passado. Com tantas significativas mudanças acontecendo no âmbito mundial e no quadro brasileiro, sugerimos que a vida social em Mariana encontrava-se num limiar de difícil definição, na batalha entre o “passado” e o “moderno”. Vale destacar que a região possuiu uma trajetória singular, não homogênea e repleta de contradições. Portanto, trata-se de compreender os limites das apropriações e transformações de elementos da modernização no município.

⁵ Consideramos os seguintes elementos como modernos: ferrovia, eletricidade, paisagem urbana e a estrutura fabril.

⁶ No campo da história cultural, por exemplo, a noção de ruptura com o passado cultural da Primeira República sobressai-se nas obras de intelectuais que procuram analisar o universo musical a partir das décadas de 1920 e 1930. Cf. ABREU, Martha. “Histórias Musicais da Primeira República.” In: *ArtCultura*. Uberlândia. V. 13, n. 22, p. 71-83, jan.-jun. 2011. Ademais, observa-se também uma supervalorização do período colonial por parte dos modernistas, que promoviam viagens pelo “Brasil Barroco”.

Em Mariana, no início do século XX, os setores de comércio e serviços ganharam impulso, o que pode ser verificado em publicidades de periódicos que circulavam no município. Um grande número de mercadorias passou a ser exibido nos pontos comerciais, como demonstra a propaganda do estabelecimento *Leandro e Castro*:

Completo sortimento de fazendas, armarinhos, ferragens, calçados, chapéus de sol (guarda-chuva) e de cabeça, arreios, couros, artigos para sapateiros, tintas, ferro em brasa, máquinas para costura, formicida, Capanema, molhados e gêneros do país. Aceitam encomendas para o Rio mediante pequena comissão. Tem sempre escolhido sortimento de artigos para enxovais de casamento e batizado. Rua 4 e 13. Cidade de Mariana (Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana. Jornal, *Rio Carmo*. Mariana, 25 dez. 1901, ano II, n° 1, p. s/p).

Nos primeiros anos da República, cuidava-se de ferrovias largamente. Era uma luta verdadeiramente homérica para criar uma rede ferroviária local. O forte desenvolvimento das ferrovias indicava o dinamismo econômico e a modernização das regiões. O meio de transporte ferroviário começou a prosperar, em Minas, no final do século XIX.

Nas atas das sessões da Câmara Municipal de Mariana, produzidas no limiar do século XX, podem ser detectadas propostas de projetos para construção de linhas de bonde a vapor, teatro, jardim, sistema de abastecimento e escoamento de água e esgoto, eletrificação urbana e a extensão do sistema ferroviário (Atas das sessões da Câmara Municipal de Mariana, código 329 (1892-1900). Em 1902, o *Jornal do Comércio*, publicou a seguinte nota: “Ao Congresso Nacional os engenheiros de Minas e civis, [...], requereram privilégio para a construção de uma estrada de ferro econômica de Ouro Preto para Santa Bárbara, passando por Mariana” (Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana. Jornal, *Rio Carmo*. Mariana, 25 de mai. 1902, ano II, n° 15, p.4). A expansão da estrada de ferro na região colaborou com o avanço do comércio na cidade de Mariana. A inauguração do ramal da Estrada de Ferro Central do Brasil, ligando Ouro Preto a Mariana, em 1914, revela a ansiedade das elites políticas regionais em sintonizar o espaço urbano do município ao novo modelo de modernização estruturado em outras localidades. Diante disso, “as estradas de ferro começaram a penetrar no *hinterland* de Minas, promovendo a circulação rápida de produtos, hábitos e ideias [...]” (PIMENTA, 1993, p. 98). Conforme Cláudia Damasceno Fonseca, pouco tempo depois, inaugurava-se o prédio da estação rodoviária de Mariana, no mesmo ano (1921) e no mesmo estilo “moderno” que o da capital Belo Horizonte, para o assombro da conservadora sociedade marianense (FONSECA, 1995, p.145).

O meio de transporte férreo também colaborou com a circulação de novas ideias vindas dos grandes centros urbanos. *O Germinal*, de 1917, divulgou: “No interior já estão a

par de tudo quanto ocorre no Rio, especialmente em Mariana, onde a estrada de ferro levou nestes últimos anos notável progresso” (Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana. Jornal, *O Germinal*. Mariana, 13 de jun. 1917, ano XIII, nº 487, p.2).

Dessa maneira, desde fins do século XIX, Mariana passou a absorver diferentes traços que influenciaram os hábitos e costumes da população. O jornal *O Espeto*, de setembro de 1928, chama a atenção para alguns aspectos relacionados ao distrito de Passagem, oriundo de Mariana:

É iluminado a luz elétrica, tem uma excelente rede de telefonia, telégrafo, correio e é servido pela Estrada de Ferro Central. É sede da Companhia Minas de Passagem que explora a extração do ouro e a fabricação do arsênico e, que, em importância na espécie, é a segunda do Brasil. Este distrito possui um bom cinema, um teatrinho, importantes sociedades de beneficência, três sociedades recreativas, uma dramática e literária, duas de Sport, duas de bandas, quatro escolas públicas, sendo uma noturna, importantes casas comerciais [...] (Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana. Jornal, *O Espeto*. Mariana, 30 de set. 1928, ano I, nº 1, p. s/p).

Em 1918, foi instalada a luz elétrica em Mariana, pelo convênio com a Companhia *Ouro Preto Gold Mines of Brasil*. “Este acontecimento era aguardado pela população com impaciência, pois dela dependia a viabilidade do sonhado processo de industrialização de Mariana, processo já ocorrido em outras cidades mineiras como Juiz de Fora, desde fins do século anterior” (FONSECA, 1995, p.146).

Da mesma forma que houve a grande circulação de produtos e ideias, as revistas e os jornais também se proliferaram no município através do transporte férreo. Essas revistas traziam notícias diversas sobre moda, política, cotidiano, comportamentos sociais, e propagavam a imagem de um novo modo de viver frente à época moderna. A partir dessas revistas e jornais, novos hábitos espalharam-se pela população brasileira. Lembrando Benedict Anderson (1989, p.46), o nascimento da “comunidade imaginada” originou-se do capitalismo editorial, que favoreceu o relacionamento de um número cada vez maior de pessoas através da disseminação de ideias. Para Anderson, “o desenvolvimento da imprensa como mercadoria é a chave da geração de ideias inteiramente novas.”

Apesar de terem acontecido todos esses esforços para enquadrar o município no projeto de modernização do país, Mariana, assim como outras cidades históricas, entre elas Ouro Preto, tiveram dificuldades de acomodar satisfatoriamente valores e “estilos de vida” modernos, novas formas de lazer e de habitação nos espaços tradicionais desses centros (FONSECA, 1995, p.19). Essas cidades ainda mantiveram o seu ar “colonial”, sendo este apenas modificado pela adoção gradual de novas técnicas.

Nesse sentido, a autora Heliana Salgueiro (1993, p. 128), que estudou a transformação da arquitetura colonial em Ouro Preto, aborda que a aparente homogeneidade da antiga capital não se constituiu de uma superposição de estratos históricos lineares. Para Salgueiro, “os traços gerais da paisagem urbana de Ouro Preto não mudam no decorrer do século, certas observações típicas se repetem”. “O que se deve observar a respeito do “estilo” de Ouro Preto, é que certos elementos de um esquema inscrito na tradição “colonial” se redefinem e se difundem na prática arquitetural do final do século XIX” (SALGUEIRO, 1993, p. 128).

As restrições naturais, a circulação econômica e o abastecimento de produtos constituíram uma das razões para a mudança da capital. A decisão oficial de mudar a capital de Minas Gerais configurou-se na Constituição Republicana de 1891, e reforça a crítica da falta de condições oferecidas por Ouro Preto para tornar-se uma capital moderna. Salgueiro considera que as transformações se aceleraram a partir de 1880, e que a estrada de ferro veio depois a contribuir para a chegada de materiais industrializados. Mas, quando houve a mudança da capital para Belo Horizonte em 1897, ocorreu uma diminuição no quadro de transformações em Ouro Preto, apesar das expectativas de “modernização” não acabarem (SALGUEIRO, 1993, p.131).

Alguns dos planos de melhoramento da cidade de Ouro Preto no final dos oitocentos contavam com “a criação de linhas de bonde a vapor ou elétricos, a primeira saindo da Igreja do Rosário até a Estação e indo até a Matriz de Antonio Dias, e a segunda partindo da Estação até a Praça Tiradentes” (SALGUEIRO, 1993, p.133). Cortar o morro da Forca com o objetivo de prepará-lo para receber novos edifícios e embelezamento; construir um mercado moderno de ferro e vidro e restaurar o antigo mercado também fazia parte de alguns dos projetos urbanísticos da cidade.

O plano de melhoramento do município de Ouro Preto, que expressou a recusa da cidade antiga, não se efetivou, e o tecido urbano permaneceu praticamente o mesmo. As grandes tipologias tradicionais perduraram, mas se transformaram enquanto novas formas foram sendo desenvolvidas. Salgueiro (1993, p. 141) salienta que a interpretação do antigo e do novo, do artesanal e do industrial produziu fachadas múltiplas na cidade, onde os elementos justaporam diversamente, o que tornou inútil discernir sequências “ideais”.

Tal quadro também vale para Mariana, que foi sede do governo religioso. No caso do município de Mariana, devemos interrogar sobre a imposição de formas novas sobre as formas locais tradicionais. Segundo os estudos realizados pela autora Cláudia Damasceno Fonseca (1995, p. 145), em 1906, quando Mariana era elevada à Arquidiocese, a “cidade dos bispos” apresentava praticamente a mesma feição do início do século XIX.

No município de Mariana, o ambiente cultural modificava-se, as ofertas de novos produtos e serviços cresciam e pequenas fábricas eram abertas. No entanto, a velocidade dessas transformações era bem mais lenta que as experiências vivenciadas em outras cidades. Conforme Fonseca, somente na década de 1930 surgiria em Mariana um símbolo mais evidente de “progresso”: a fábrica de tecidos São José (1995, p. 147). Entretanto, antes disso, ao lado da pecuária e da agricultura mercantil, atividades econômicas como a siderurgia e a indústria têxtil ganharam espaço, compondo um novo cenário na região. A *Ouro Preto Gold Mines of Brazil*,⁷ por exemplo, localizada no distrito de Passagem (Mariana), tornou-se, em 1890, a mina mais importante do país, fato que nos leva a refletir sobre o perfil dinâmico da economia mineira que se consolidou ao longo do século XIX. A leitura dos Livros de Impostos sobre Indústrias e Profissões produzidas nessa época, presentes no Arquivo da Câmara Municipal de Mariana, permite-nos visualizar a inserção de novos ramos de negócios no conjunto das atividades da rede econômica da cidade (extração aurífera subterrânea, agropecuária, beneficiamentos da cana-de-açúcar e do milho, tropas e casas de negócios).⁸ Destarte, sugerimos que a mudança do regime monárquico para o republicano representou, para a região de Mariana, a oportunidade de promover transformações na ordem econômica, assim como no âmbito político, social e cultural.

A reprodução de velhos hábitos na cidade de Mariana, em meio a essa época de transformações “modernizantes”, demonstra que as ideias sobre o “moderno” são construídas tanto em meio ao choque ou conflito quanto em meio às superposições e às misturas de conceitos. Portanto, apesar da chegada da modernização e da apropriação de alguns elementos como ferrovia, eletricidade, paisagem urbana e estrutura fabril, a cidade passou a redefinir alguns elementos do passado. Segundo Heliana Salgueiro, “antigo” e o “moderno” juntaram-se na continuidade das fachadas das cidades históricas de Mariana e Ouro Preto, cujas diferenças de sistemas construtivos e de estilos coexistem em níveis diversos de temporalidade (SALGUEIRO, 1993, p. 144).

Política e República nas “alterosas”

⁷ *The Ouro Preto Gold Mines Ltd.* era sediada no distrito de Passagem e funcionava para trabalhos de extração aurífera subterrânea. A companhia inglesa foi criada em 1884 e operou até 1927. Cf. SOUZA, Rafael de Freitas e. *Trabalho e cotidiano na mineração aurífera inglesa em Minas Gerais: a mina de Passagem de Mariana (1863-1927)*. Tese de doutorado apresentada ao programa de pós-graduação em História da Universidade Federal de São Paulo – USP. São Paulo, 2009.

⁸ *Impostos sobre Indústrias e Profissões*, códigos 612 (1889-1948), 119 (1895-1900), 05 (1919), 511 (1926-1928) e 794 (1928-1936). Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana.

No ano de 1889, a campanha Republicana mobilizava gente de várias províncias. Seu ponto de partida simbólico fora o lançamento de um manifesto, em três de dezembro de 1870, publicado no primeiro número em um jornal da Corte intitulado *A República*. A partir desse momento, organizaram-se clubes republicanos em diversos pontos do país e criaram-se outros jornais, nos quais os partidários do novo regime combatiam a monarquia. Articulados a esse esforço propagandista e de organização política, foram fundados os partidos republicanos em São Paulo (1873), no Rio Grande do Sul (1882) e em outras províncias, como Pernambuco e Minas Gerais (GOMES, 2002, p.13).

Em relação à organização partidária, o movimento republicano em Minas Gerais foi tardio e pouco dinâmico, principalmente quando comparado aos seus similares em São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul (Cf. RESENDE, 1982). O primeiro jornal de propaganda do novo regime surgiu em 1879 (*Tiradentes*, de Ouro Preto); a construção de um partido deu-se às vésperas da Proclamação (1888), e a proliferação dos clubes ficou reduzida aos centros urbanos das regiões economicamente mais prósperas, Zona da Mata e Sul do Estado. Segundo Cláudia Viscardi (2000, p.2 e 4), muito embora as pesquisas tenham apontado para o caráter frágil do republicanismo mineiro, a adesão ao novo regime foi muito significativa.

Conforme Oíliam José (1962, p. 93), Ouro Preto e Mariana eram os centros “onde se agitavam as ideias mais em voga, desde as científicas e religiosas até as políticas e sociais”

Pelo fato de ser a Capital da Província e porque nela se encontrava a maior concentração estudantil mineira, Ouro Preto se tornou nosso maior centro republicano. E também o mais eficiente foco irradiador do movimento antimonárquico em Minas. Terminando ali seus estudos de farmácia ou de engenharia, ou simplesmente, os secundários, os jovens partiam para o interior dispostos a fundar em suas localidades núcleos ou clubes republicanos e, com eles, agitar o povo contra a monarquia (JOSÉ, 1962, p. 70).

As “ideias mais em voga” a que o autor se referiu circulavam com o auxílio das instituições de ensino estabelecidas nas duas cidades mineiras.

Compartilhando deste mesmo raciocínio, Luiz Gustavo Cota (2007, p. 40) salienta que, em Mariana, o seminário de Nossa Senhora da Boa Morte seguia contribuindo não só para a ordenação de novos sacerdotes, mas também para a formação escolar de alguns filhos ilustres daquela região, até pelo menos o século XX. Já na capital Ouro Preto, as instituições educacionais destacaram-se, no decorrer do século XIX, através da Escola de Farmácia fundada em 1839, do Liceu Mineiro de 1854, e da Escola de Minas criada no ano de 1876, instituição destinada à formação de geólogos e engenheiros de minas e que, para Francisco Iglesias, teria, ao lado do Colégio do Caraça, “importância decisiva na vida de Minas Gerais”.

“Essas instituições de ensino teriam sido responsáveis pela renovação das ideias na Província. Seriam verdadeiros nichos de sabedoria e ciência equiparando-se às instituições existentes em outros centros do Império.” “Assim, São Paulo, Rio de Janeiro, Ouro Preto e Mariana eram os centros nos quais a juventude mineira hauria as ideias científicas, religiosas, políticas, sociais, literárias e artísticas com as quais se apresentava depois no interior provinciano” (JOSÉ, 1962, p. 134). Para Cota (2007, p. 40-1), ao ultrapassarem os muros dos educandários e circularem pelas ladeiras de Mariana e Ouro Preto, os jovens estudantes e seus mestres misturavam-se aos outros atores desse enredo compartilhando com eles ou mesmo recebendo deles os novos temas a serem assimilados naquele tempo.

A implantação da República foi marcada também em Minas pela transferência da velha capital Ouro Preto para o arraial de Curral Del-Rei. A mudança teve nítido sentido de registrar a alteração na composição do núcleo dirigente do Estado. Reduzia-se o peso político da antiga elite da zona central e mineradora e aumentava-se o das elites do Sul e da Mata. O primeiro nome da capital, Cidade de Minas, teve como propósito indicar a união das várias regiões do Estado, do “mosaico mineiro”, na feliz expressão de John Wirth (1982). Ouro Preto tinha sido símbolo de uma era agitada e turbulenta. Mas a crise da mineração e seu próprio urbanismo, de ruas estreitas e ladeiras íngremes, a tinha inviabilizado como capital de um Estado revigorado pelo sistema federal. A nova capital não representou uma vitória pura e simples dos novos grupos (CARVALHO, 2005, p. 64).

Apesar de infatigáveis protestos de políticos, historiadores e moradores ouropretanos, a nova capital de Minas é inaugurada em dezembro de 1897.⁹ A partir de então, sob o comando de Silviano Brandão, foi instaurada a hegemonia da nova política no Estado, na qual a nova capital representou a materialização do projeto conciliatório. Depois de intensos conflitos internos, de diversas facções políticas, o Estado conseguiu “reunir toda a boiada”, conforme a expressão de John Wirth (1982), sob um só partido, o PRM.

A mudança do regime, em 1889, representou a possibilidade de uma refundação da vida nacional, anunciada pela própria idéia de República, com sua potencialidade democrática, a que se acrescentavam a instituição do sistema federativo, a separação entre o Estado e a Igreja Católica e a adoção do princípio do sufrágio universal (VISCARDI, 2001, p.11).

⁹ Os não-mudancistas, como ficaram conhecidos os que defendiam a permanência da capital na antiga Vila Rica, depois de derrotados no Congresso Mineiro, passaram a apoiar uma solução conciliatória: a transferência da nova capital para o Curral Del Rey, em detrimento de Barbacena e Juiz de Fora. Cf. VISCARDI, Cláudia. “A capital controversa”. op. cit, p. 37.

As propostas positivistas forneceram diversas resoluções para a sociedade republicana, como a laicização do Estado e a decorrente separação entre a Educação e a Igreja, ou a necessidade da produção de indivíduos que trabalhassem em consonância com os objetivos republicanos para se chegar à sociedade positiva, moderna. Além de significar a perda de privilégios econômicos e políticos, com a separação do Estado, a Igreja passou a repensar qual seria o seu papel social, já que as novas correntes intelectuais estrangeiras estavam presentes nos vários espaços sociais, fragilizando ainda mais a sua imagem. Conforme Rosana Areal Carvalho, Fabiana Bernardo e Gabriela Cruz (2009), hostilizada pelos positivistas, liberais e cientificistas, a Igreja precisava manter o que restava de seus fiéis e de sua influência, da mesma forma que necessitava familiarizar-se, de um jeito ou de outro, ao regime republicano instaurado e aos novos discursos que explicavam e defendiam o progresso sob os auspícios da ordem e da ciência. Mesmo com as devidas aproximações para a manutenção e sobrevivência dos interesses de ambas as partes, o diálogo nem sempre se deu de forma harmoniosa. Na cidade de Mariana, a Igreja estava atenta às intervenções do seu grande expoente republicano, Dr. Gomes Freire de Andrade.

Segundo o memorialista Waldemar de Moura Santos (1963, p. 25-6), a transição do regime monárquico para a democracia republicana ocasionou a separação da Igreja do Estado, e o clero, como sempre, coeso, não o aprovou. Em Mariana, criou-se um impasse em torno do problema doutrinário, com a impossibilidade de se obter um sacerdote para celebrar o santo sacrifício, programado para as comemorações do dia 15 de novembro de 1901. Para celebrar a missa em ação de graças, só apareceu o Padre tenente José Caetano dos Santos Faria, o qual se prontificou a celebrar a missa, oficiando-a na manhã de 15 de novembro de 1901, na igreja de São Francisco de Assis. A Arquiconfraria de São Francisco de Assis ficou então cognominada pelos democratas marianenses como “igreja republicana”. Curiosamente, o Padre tenente José Caetano dos Santos Faria foi vereador em Mariana entre os anos de 1905 e 1922, apoiando o político Dr. Gomes Freire de Andrade e o Partido Republicano da cidade.

Dessa forma, a reação da Igreja nunca foi passiva, ou seja, não se restringiu ao espaço dos sermões e documentos internos. Carvalho, Bernardo e Cruz (2009, p. 14) afirmam que, em Mariana, essa realidade se repetia, com algumas particularidades. Historicamente, uma cidade cuja população formou-se numa íntima e tradicional relação com a religiosidade católica, desde a época de sua fundação, em 1711. Exemplo disso foi a instalação da sexta diocese do Brasil, em 1748, menos de 40 anos após a fundação da vila, marco de importância para o Estado e para a região. Pensando que a influência católica entrelaçou-se de tal forma com a

política, a cultura, a sociedade e os moradores da cidade, por tanto tempo, é difícil compreendermos o contexto da cidade em separado da presença da Igreja.

Ainda segundo Carvalho, Bernardo e Cruz (2009, p. 14), na perspectiva de Dom Leme, pensador e Cardeal de Olinda, a Igreja deveria expandir-se e, dentro do espírito de fortalecimento das instituições católicas, a diocese de Mariana foi elevada a Arquidiocese em 1906. Nos anos de 1910, em Minas Gerais, o Estado mais católico do Brasil, a Igreja organizou um forte movimento de Ação Católica, elaborou petições com centenas de milhares de assinaturas para defesa dos interesses católicos, estimulou o desenvolvimento institucional e buscou recuperar e ampliar o prestígio e a influência. Esse fato fez parte da reação em relação à decisão do governo de abolir o ensino religioso das escolas.

Embora a Igreja marianense tenha perdido espaço com o advento da República e da Constituição de 1891, sua tradicional influência nas decisões não cessou. Desse modo, a separação formal entre a Igreja e o Estado não gerou um distanciamento definitivo entre ambos, pois a Igreja continuava a considerar o Estado como um aliado para tornar a instituição mais consolidada e conseguir brechas para ainda manter-se no posto de religião eleita pelos cidadãos.

Considerações Finais

Os artefatos modernos foram gradualmente apropriados no cotidiano do município de Mariana, que esteve dividido em dois lados. De um lado, marcos do passado, a integração social regional marcada pela intensa religiosidade, a política centralizada e as atividades artísticas como a banda de música monarquista¹⁰. Em paralelo, a existência de um novo regime e de uma nova capital, os esforços dos políticos republicanos em querer modernizá-la, a criação de um conjunto musical formado pelo partido republicano¹¹, o impulso industrial, as oportunidades financeiras pelo mercado de abastecimento e serviços dirigidos a Belo Horizonte (que deixa de ser apenas o centro político-administrativo, para tornar-se centro comercial, eixo da vida mineira),¹² as possibilidades de novos empregos e as promessas de revitalização espacial, isto é, um conjunto de medidas desenvolvidas visando à modernização.

¹⁰ Estamos nos referindo à banda de música “São José.”

¹¹ Já nesse caso, referimo-nos à banda republicana “União XV de Novembro.”

¹² A decisão oficial de mudar a capital de Minas Gerais configurou-se na Constituição Republicana de 1891 e reforça a crítica da falta de condições oferecidas por Ouro Preto para tornar-se uma capital moderna. Observamos que a mudança de capital de Ouro Preto para Belo Horizonte, efetivada no ano de 1897, não representou - como temiam seus contemporâneos - uma ruptura novo/velho, moderno/antigo.

Nesse âmbito, sugerimos que o município de Mariana, em sua tênue divisão entre o espaço urbano e rural, a partir de várias apropriações culturais, sintonizou-se, a sua maneira, às novas projeções constituídas sobre o progresso e modernização. Procuramos ter demonstrado, dentro dos limites desse artigo, alguns aspectos da cidade de Mariana durante a Primeira República, um ambiente marcado pela prática cultural que remonta ao passado colonial, mas permeado pelas apropriações de novos discursos, costumes e representações.

Referências Bibliográficas

ABREU, Martha. “Histórias Musicais da Primeira República.” In: **ArtCultura**. Uberlândia. V. 13, n. 22, p. 71-83, jan.-jun. 2011.

ANDERSON, Benedict. **Nações e consciência nacional**. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Editora Ática, 1989.

BOMENY, Helena. “O Brasil de João Pinheiro: o projeto educacional.” In: Ângela de Castro Gomes (org.). **Minas e os fundamentos do Brasil moderno**. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

CARVALHO, José Murilo de. **Pontos e bordados: escritos de história e política**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

_____. “Ouro, Terra e Ferro. Vozes de Minas”. In: GOMES, Ângela de Castro. **Minas e os fundamentos do Brasil moderno**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

CARVALHO, Rosana Areal; VIEIRA, Lívia Carolina. “República e educação: as iniciativas de Gomes Freire para a educação primária em Mariana no início do século XX.” In: **VIII Jornada do HISTEDBR**, 2008, São Carlos. VIII Jornada do HISTEDBR, 2008.

CARVALHO, Rosana Areal; BERNARDO, Fabiana de Oliveira ; CRUZ, Gabriela de Almeida. “A educação na desordem.” In: V Congresso de Estudos e Pesquisas, 2009, Campinas2. **Anais do V Congresso de Estudos e Pesquisas**, 2009.

COTA, Luiz Gustavo Santos. **O sagrado direito da liberdade: escravidão, liberdade e abolicionismo em Ouro Preto e Mariana (1871 a 1888)**. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2007.

FLEISCHER, David. “A cúpula mineira na República velha.” In: **Seminário de Estudos Mineiros**. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1982.

FONSECA, Cláudia Damasceno. **Mariana: Gênese e transformação de uma paisagem cultural**. 1995. Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Instituto de Geociências da UFMG. Belo Horizonte: UFMG, 1995.

GOMES, Ângela de Castro. “O 15 de Novembro”. In: Ângela de Castro Gomes, Dulce Chaves Pandolfi, Verena Alberti (coordenação); Américo Freire, [et al.]. **A República no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: CPDOC, 2002.

JOSÉ, Oiliam. “A propaganda republicana em Minas.” **Estudos sociais e políticos**. Belo Horizonte, 1960.

_____. **A Abolição em Minas**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1962.

LIBBY, Douglas Cole. **A Transformação e Trabalho em uma Economia Escravista. Minas Gerais no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

MELLO, Maria Teresa Chaves de. “A modernidade republicana.” In: **Revista Tempo**. Rio de Janeiro: UFF, v.13, n.26, jan-jun, 2009.

MONTEIRO, Norma de Goés (coord). **Dicionário Biográfico de Minas Gerais** – Período Republicano 1889-1991. UFMG (Centros de Estudos Mineiros): Assembléia Legislativa do Estado de MG, Belo Horizonte: 1994.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi . “As festas que a República manda guardar”. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol.2, número 4, 1989.

RESENDE, Maria E. L. de. **Formação e estrutura de dominação em Minas Gerais: o novo PRM, 1889-1906**. Belo Horizonte: UFMG, 1982.

ROMERO, José Luis. “As cidades burguesas”. In: _____. **As cidades e as idéias**. Trad. Bella Josef. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

SALGUEIRO, Heliana Angott. “Ouro Preto: dos gestos de transformação do “colonial” aos de construção de um “antigo moderno”.” In: **Anais do Museu Paulista**. São Paulo: USP, 1993.

SANTOS, Waldemar de Moura. **Sessenta Tempos: 1901 – 15 de Novembro – 1963**. Mariana: Imprensa Oficial, 1963.

SEVCENKO, Nicolau. “O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusão do progresso.” In: _____ (org.). **História da vida privada no Brasil – República: da Bella Époque à Era do Rádio**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VISCARDI, Cláudia M. R. “Elites políticas mineiras na Primeira República brasileira: um levantamento prosopográfico.” **Anais das Primeiras Jornadas de História Regional Comparada**. CD-ROM. Porto Alegre: 2000.

_____. **O Teatro das Oligarquias: uma revisão da política do café-com-leite**. Belo Horizonte: C/Arte, 2001.

WIRTH, John. **O fiel da balança: Minas Gerais na federação brasileira (1889-1937)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.